

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.309 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2001

Malan depõe no Senado e nega ter participado de socorro a bancos

Ministro da Fazenda revelou que no auge da crise cambial de janeiro de 1999 chegou a pedir demissão em carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Garantiu que afastamento do então presidente do BC, Francisco Lopes, não decorreu do socorro aos bancos Marka e FonteCindam, mas da necessidade de recuperar a credibilidade do governo no mercado.

PÁGINA 6



Entre os senadores Edison Lobão, Jader Barbalho e Lúcio Alcântara, Malan chega para depor nas comissões de Fiscalização e de Assuntos Econômicos

Cabral pede providências contra ONG que pretende comprar terras na Amazônia

PÁGINA 5



Congresso instala comissão para estudar crise de energia

PÁGINA 7

Tião Viana acusa governo de subestimar o problema do narcotráfico no Brasil

PÁGINA 5



A CPI ouve o depoimento do dirigente carioca Eduardo Viana (D)



Para relator, caos serve à má-fé de dirigentes do futebol

PÁGINA 8



Antonio Carlos Júnior, ao tomar posse, disse que ACM foi injustiçado

Processo contra ACM e Arruda será arquivado

PÁGINA 4

Polícia Federal analisará computadores do painel

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson, já deu a autorização para que a investigação seja iniciada. Sete discos rígidos dos equipamentos que alimentam o sistema de votação do Plenário serão entregues hoje aos peritos da PF

A pedido do corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), peritos da Polícia Federal também vão investigar os sete discos rígidos dos computadores que alimentam o painel de votações secretas da Casa. Até agora, somente peritos da Universidade de Campinas (Unicamp) fizeram o trabalho e, mesmo assim, em cópias dos discos rígidos.

O primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PPS-PE), despachou ontem a autorização para a nova investigação. Ficou acertado que permanecerão no Senado cópias dos discos rígidos, as quais serão feitas na manhã de hoje na presença de técnicos da Unicamp e do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), além de integrantes da comissão administrativa que investigou a vulnerabilidade do painel.

O corregedor Romeu Tuma afirma que técnicos da Polícia Federal encontraram fragmentos que podem ser de listas de votação no computador pessoal de Ivar Ferreira, especialista do Senado que ajudou a mudar o programa do painel para obtenção da lista com os votos da sessão que cassou o senador Luiz Estevão.

Tuma quer a investigação por suspeitar que os fragmentos podem ser tanto da lista tirada no dia em que Luiz Estevão foi cassado como de alguma outra relação de votos, havendo inclusive a possibi-



Romeu Tuma, corregedor do Senado, quer encontrar prova material da violação do painel

lidade de se referir a uma votação secreta. Em depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Ivar disse que, após copiar em disquete a lista com os votos da sessão que cassou Luiz Estevão, no Plenário, levou o disquete para sua sala, no Prodasen, em outro prédio, onde imprimiu a relação. Tuma pediu a perícia no computador e em 56 disquetes encontrados na sala de Ivar. Somente no disco rígido do computador apareceram os fragmentos.

Romeu Tuma tenta encontrar prova material do crime de violação do painel. Para o senador, a lista de votações seria prova num processo criminal. Até agora, as investigações não saíram do âmbito político, que levaram à renúncia dos senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, e administrativo, por meio de inquérito contra os funcionários do Prodasen.

Em sessão secreta, desligam-se até microfones

Em uma sessão secreta do Senado, como a que decidiu a cassação do senador Luiz Estevão em 28 de junho do ano passado, todos os funcionários e visitantes são retirados do Plenário e até os microfones são desligados. Se há votação, o painel registra o nome do senador, mas não como ele votou. Só é mostrado o resultado da votação.

Pelo Regimento, devem ser secretas as votações para apreciar declaração de guerra, acordo de paz, perda de mandato ou suspensão de imunidade parlamentar de senador e escolha de embaixadores. Podem ainda ser apresentados requerimentos para transformar sessão aberta em secreta. Nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, são secretas as votações de vetos presidenciais.

Clima de suspeição mostra a gravidade do caso, diz Dutra

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), disse ontem que o clima de suspeição criado pela extração da lista de votação da sessão secreta em que foi cassado o senador Luiz Estevão mostra a gravidade do episódio da violação do painel eletrônico. Para ele, com exceção de Estevão, todos os senadores que votaram naquele dia estão sujeitos agora a boatos, rumores e notas de jornal capazes de prejudicar sua imagem junto à população.

Na sessão plenária de ontem, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu providências da Mesa do Senado para que o *Jornal do*

Brasil repare a informação de que ele teria se absterido na votação que cassou Luiz Estevão. O mesmo jornal já havia publicado declarações do ex-senador Antonio Carlos Magalhães de que o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), votara contra a cassação, voto semelhante ao da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), segundo a mesma matéria.

— Tudo isso mostra que o Antonio Carlos Magalhães e o José Roberto Arruda não fizeram só uma traquinagem, como muitos tentaram alegar — disse o líder da oposição.



Para Dutra, todos os senadores que votaram no dia da cassação de Luiz Estevão estão sujeitos a boato

CPI da Corrupção: falta apenas uma assinatura

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra, informou ontem em Plenário que a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção só depende agora da adesão de mais um senador. O requerimento de CPI, exclusiva do Senado, já conta com o apoio de 26 senadores. Além dos 16 senadores da oposição, assinaram o pedido dez da base governista. São eles: Álvaro Dias (PSDB-PR), Osmar Dias (PSDB-PR), Amir Lando (PMDB-RO), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Fernando Bezerra (PTB-RN), José Alencar (PMDB-MG), José Fogaça (PMDB-RS), Maguito Vilela (PMDB-GO), Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR).

Fazendo um histórico sobre a tentativa de instalação da CPI Mista da Corrupção, com Senado e Câmara dos Deputados, Dutra lembrou que o requerimento foi ar-

quivado em razão da desistência de 20 deputados. Quando isso ocorreu, a oposição já havia conseguido a assinatura de 29 senadores, o que levou ao entendimento de que havia disposição no Senado para as investigações de denúncias de ilegalidades e irregularidades na administração pública.

— Esta é uma Casa pequena, onde todos se conhecem e se encontram todos os dias. Falta apenas uma assinatura para que a CPI possa ser criada. Nós agora não vamos ficar fazendo o papel de babás de senadores. Não vamos adular ninguém para que assine o requerimento.

Em entrevista concedida após o discurso, Dutra afirmou acreditar que a CPI será criada, mas não mostrou a mesma certeza quanto à sua instalação. Ao contrário do que ocorre em relação a uma CPI mista, os líderes dos partidos não têm prazo para formalizar a indicação de seus representantes na

comissão de inquérito exclusiva. Por essa razão, o senador acredita que o prazo de instalação da CPI não será regimental, mas político.

Dutra mencionou novamente o papel de uma CPI na apuração das denúncias que vêm sendo feitas nos últimos meses, inclusive por parlamentares que dão sustentação ao governo. Para ele, o Conselho de Ética não teria instrumentos legais para apurar denúncias contra o presidente do Senado, Jader Barbalho, ao contrário do que estariam advogando setores da imprensa.

— As denúncias contra o Jader estão no requerimento da CPI.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2001

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Alcântara: indignação com erro em matéria publicada pelo *Jornal do Senado*

Alcântara nada comentou sobre a renúncia de ACM

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) comunicou ao Plenário, ontem, que não deu nenhuma entrevista sobre a renúncia do ex-senador Antonio Carlos Magalhães ao *Jornal do Senado* ou à Agência Senado de Notícias. O senador manifestou sua indignação com a publicação, nos dois veículos, de declarações atribuídas a ele e que não foram por ele prestadas.

— Isso é uma inverdade, não fui ouvido por nenhum jornalista da Casa. Estou apontando aqui um grave equívoco. A minha preocupação é porque as declarações a mim atribuídas não fazem jus ao meu caráter nem à minha formação — ressaltou o senador.

Lúcio Alcântara afirmou que sua posição, no que se refere ao episódio de violação do painel de votação do Senado, foi expressa por seu voto no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, quando do julgamento do caso.

— Eu respondo pelos votos que dou, por meus atos e pelas palavras que pronuncio. Não posso aceitar que se coloquem na minha boca palavras que não pronunciei. Cumpri com minha

obrigação. O que eu tinha que fazer nesse caso, fiz quando dei o meu voto no Conselho de Ética e ponto final — afirmou.

Lembrando que algumas vezes foi incompreendido pela imprensa e mesmo pelos amigos, Lúcio Alcântara destacou que durante todo o processo no Conselho de Ética fez questão de adotar uma postura discreta. Segundo disse, adotou o recato que acredita devem observar os juízes, pois era na posição de juiz que se encontrava no conselho.

Alcântara considerou grave o equívoco cometido pelos órgãos de divulgação do Senado e pediu à Mesa da Casa que adote providências para esclarecer o ocorrido e evitar que fatos como esse se repitam. O senador Edison Lobão (PFL-MA), na presidência dos trabalhos, comentou que o *Jornal do Senado* e a Agência Senado de Notícias não podem comprometer a credibilidade que possuem com erros dessa natureza. Afirmou que a Mesa adotará todas as providências necessárias.

A Agência Senado esclareceu que as declarações atribuídas a Lúcio Alcântara foram feitas, na verdade, por outro senador.

ERRAMOS

Matéria publicada ontem pelo *Jornal do Senado*, na página 7, sob o título “Lúcio Alcântara critica a falta de humildade”, está errada. Todas as declarações atribuídas ao senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) foram feitas, na realidade, por outro senador.

O nosso jornal, assim como todos os veículos de comunicação da Casa, é reconhecido pelo Senado, pela opinião pública e pela mídia por sua seriedade, sua credibilidade, sua imparcialidade e sua fidelidade aos fatos. A despeito do equívoco, cometido involuntariamente, tal tradição será mantida.

O *Jornal do Senado* pede desculpas pelo erro ao senador Lúcio Alcântara, aos demais senadores e ao público, comprometendo-se a evitar que ele se repita.

Requião pede que Senado processe o *Jornal do Brasil*

Senador cobra providências para reparar danos à sua imagem resultantes da afirmação de que teria optado por se abster no processo contra Luiz Estevão

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) requereu à Mesa do Senado que a Procuradoria Parlamentar tome providências jurídicas no sentido de reparar os danos à sua imagem provocados por matéria publicada ontem pelo *Jornal do Brasil*. Conforme o jornal, Requião teria optado por se abster na votação do processo de



Roberto Requião: “Nunca me abstive na vida”

cassação do senador Luiz Estevão, em 28 de junho do ano passado. Naquela ocasião, foram registrados 52 votos a favor da cassação, 18 contra e 10 abstenções.

— Não me abstive nem poderia me abster, porque nunca me abstive na vida. Votei a favor da cassação, porque não poderia aceitar que um ladrão ficasse no Senado — disse Requião em Plenário.

Ele qualificou de “canalha” o editor responsável pela publicação da

matéria. Segundo o senador, “comenta-se, nos corredores do Senado, que a chantagem é paga; que o editor estaria recebendo algum dinheiro para isso, e os repórteres também. E a fonte tem a mesma credibilidade da fonte deles”, acrescentou.

Requião explicou ter dito aos repórteres que era mentirosa a versão de que ele optara pela abstenção, e que processaria o editor caso a inverdade fosse publicada. Relatou também ter falado com um advogado do ex-senador José Roberto Arruda que teria tido acesso à lista com a identificação dos votos e que seria a fonte da matéria. De acordo com o senador, esse advogado lhe disse ter informado ao *Jornal do Brasil* que o voto de Requião havia sido a favor da cassação.

Requião esclareceu que as provi-

dências jurídicas são as previstas na Resolução nº 40 do Senado, que criou a Procuradoria Parlamentar. O parágrafo terceiro, nos itens I e II, impõe à procuradoria duas incumbências: a primeira delas é providenciar ampla publicidade reparadora de matéria ofensiva ao Senado ou a seus integrantes. A segunda é promover e instar, por meio do Ministério Público, da Advocacia Geral da União, da Advocacia do Senado ou de outros meios advocatícios as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para obter ampla reparação, inclusive nos termos do artigo 5º, item X, da Constituição. O texto constitucional diz que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. O primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), que presidia a sessão, disse que o requerimento tem base legal e será encaminhado à Procuradoria Parlamentar.

Senador considera excessiva pena para ACM e Arruda

Na opinião do senador Roberto Requião, foi excessiva a pena de cassação do mandato sugerida para os ex-senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda no relatório aprovado pelo Conselho de Ética. Como a punição excedia ao delito, os dois tiveram que apelar para a renúncia, observou ele.

Conforme Requião, os dois deveriam ter sido suspensos — Antonio Carlos por 180 dias e Arruda por 360 dias. A pena maior para Arruda se justificaria pelo fato de ele ter

mentido aos senadores sobre sua participação na violação do painel.

Requião lamentou que alguns senadores tenham se sentido pressionados pela imprensa e em função disso votado pela cassação. Assim, teriam evitado a impopularidade eventual, mas deixado de lado a coerência. Ao fazer isso, permitiram que “o voto dos baianos fosse violado” com a imposição da renúncia.

— O Senado não andou bem nesse episódio. Delito mais grave, contra o erário, foi cometido pelos que

votaram a favor da legalização dos títulos resultantes de fraudes com precatórios — disse Requião.

O senador defendeu a tese de que o Senado deveria se reunir e dar autorização à Justiça para processar seus membros. Um juiz, por ser vitalício e, em princípio, inamovível, teria mais liberdade para julgar os delitos de um senador sem as pressões da imprensa. O Judiciário, por sua vez, deveria ser controlado por órgão externo para evitar os vícios do corporativismo, salientou.

Camata protesta contra exageros da imprensa

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) se solidarizou com a queixa de Roberto Requião sobre reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, afirmando que também já enfrentou problemas com a imprensa, apesar de ser jornalista e sindicalizado.

— O jornal publica o que quer, sem provas, e a história vira a verdade oficial. Se há reclamações, não obedece ao direito de resposta com igual destaque — protestou.

Ele relatou que há 14 anos foi ofendido em sua honra pelo boletim da Federação Nacional dos Jornalistas

(Fenaj) e entrou com uma ação judicial. Há dois meses a Justiça deu-lhe ganho de causa, condenando a Fenaj a pagar-lhe R\$ 97 mil e a pedir-lhe desculpas publicamente.

Camata afirmou que, como não acionou a Justiça em busca de dinheiro, fez um acordo com a Fenaj abrindo mão da quantia em troca, apenas, do pagamento de seu advogado e de uma nota explicativa no boletim, res-



Gerson Camata: “O jornal publica o que quer, sem provas”

tabelecendo a verdade de sua inocência, no que foi atendido.

O senador disse que agora, quando o assunto parecia encerrado, está sendo ameaçado por revistas locais, por “ter extorquido uma indenização milionária da Fenaj”. Ele comentou não estar disposto a enfrentar uma campanha difamatória na imprensa, mas admitiu não saber como fazer para evitá-la.

Processo de cassação de ACM e Arruda será arquivado

Jader Barbalho explica que, com as renúncias dos parlamentares, o procedimento “perde sua razão de ser”. Na opinião do presidente do Senado, investigação sobre outros casos de violação do painel eletrônico caberia ao Ministério Público

O presidente do Senado, Jader Barbalho, informou ontem ter determinado o arquivamento do relatório do Conselho de Ética sobre o episódio de violação do painel eletrônico, que propunha à Mesa a abertura de processos de cassação contra os então senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Com as renúncias dos parlamentares, acrescentou, “o processo perde sua razão de ser”.

Jader Barbalho explicou que preferiu aguardar o desfecho da renúncia de Antonio Carlos, publicada ontem no *Diário do Congresso Nacional*, para tomar a providência de arquivar a representação com um só despacho. Ele descartou qualquer possibilidade de sucesso da tese segundo a qual a renúncia deveria ter ocorrido antes do envio do relatório do conselho à Mesa.

— O Conselho de Ética enviou um relatório, mas a iniciativa de efetivamente abrir um processo desse tipo é da Mesa, o que não foi feito — explicou.

Com relação à lista de votação divulgada pela imprensa, Jader disse que não vai tomar nenhuma providência. De um lado, porque a “lista, em si, resulta de uma infração constitucional, com a violação do voto secreto”. E, de outro, porque a lista divulgada ou qualquer outra “já está mais que desacreditada”.

Jader rejeitou, por outro lado, as críticas feitas pelo ex-senador baiano ao trabalho do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) à frente do Conselho de Ética. Ele acredita, inclusive, que essa atuação “credencia” Tebet a integrar a relação que os

líderes do PMDB deverão levar ao presidente da República com vistas ao preenchimento do cargo de ministro da Integração Nacional.

ASSUNTO ESGOTADO

Jader Barbalho disse que uma nova investigação sobre outros casos de violação do painel eletrônico — caso se confirme a denúncia divulgada — caberia ao Ministério Público, pois considera que, na Casa, “o assunto está esgotado”. Para o Senado, esclareceu, o painel ainda está sendo examinado pelo ângulo técnico da segurança, e, enquanto não há definição, o sistema tradicional é usado nas votações secretas. Passar a procurar outros episódios de violação, observou, seria adotar uma “postura policialesca”, que não contribui para a instituição.

O presidente do Senado afirmou também que as especulações de que outros fatos abalariam a Casa não passam de tentativa de criação de “factóides”.

— Não se pode criar factóides para comprometer as instituições e desorganizar a administração. Diante de um fato concreto, o Senado, com transparência, equacionou um problema. Criar esse clima não serve à democracia e ao país — declarou.

Jader ressaltou que o Senado e o Congresso não sofreram prejuízos em suas atividades, tanto que matérias importantes continuaram tramitando normalmente e outras estão para ser votadas, como a reforma do Judiciário e a Lei das S.A., além da instalação de uma comissão especial para acompanhar as medidas a serem adotadas em relação à crise de energia.

Jader comparece à posse no STF

O presidente do Senado, Jader Barbalho, participou ontem da solenidade de posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mello. Sobre o discurso pronunciado na ocasião pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Aprobato, que defendeu a investigação de todas as denúncias envolvendo os três Poderes, Jader disse, ao ser indagado pela imprensa, considerar “perfeitamente natural que o representante da OAB possa fazer suas observações”.

Também compareceram à cerimônia o vice-presidente do Senado, Edison Lobão, o primeiro-secretário da Mesa, Carlos Wilson, e os senadores Arlindo Porto, Bernardo Cabral, Renan Calheiros e José Sarney, este último convidado especial do STF na condição de ex-presidente da República.



Jader Barbalho cumprimenta o novo vice-presidente do STF, ministro Ilmar Galvão

Antonio Carlos Júnior toma posse disposto a “honrar mandato” do pai

Em solenidade realizada ontem, no Plenário, tomou posse o novo senador pela Bahia, Antonio Carlos Júnior (PFL). Ele vai ocupar a vaga aberta com a renúncia do pai, Antonio Carlos Magalhães, que deixou o Senado em decorrência da decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de encaminhar à Mesa pedido de cassação do seu mandato por quebra de decoro parlamentar no episódio da violação do painel eletrônico. “Meu pai foi injustamente julgado por alguns dos senhores, mas, pela renúncia, encontrou a melhor maneira de servir à Bahia e ao Brasil”, afirmou Antonio Carlos Júnior.

Muitos políticos prestigiaram a posse, entre eles os ex-senadores Djalma Bessa e Júlio Campos, o governador da Bahia, César Borges, deputados federais e estaduais baianos. Antonio Carlos Magalhães também esteve presente. O



Antonio Carlos Júnior cumprimenta o pai após tomar posse na vaga de senador pela Bahia

novo senador leu o juramento, prometendo defender a Constituição e as leis, honrar o mandato

concedido por seus eleitores e trabalhar pela integridade e a independência do Brasil.

Enfatizando ser empresário e professor universitário, Antonio Carlos Júnior afirmou que sua única pretensão no Senado será honrar o mandato do pai, “seguindo-lhe os passos firmes de uma vida dedicada ao bem público”.

O novo senador lembrou ter nascido em uma família de políticos, na qual, além do pai, destacou-se a figura de seu irmão, deputado Luís Eduardo, que, observou, marcou como poucos a trajetória política brasileira. “Era um reformador e,

mais do que isso, representou um dos maiores vultos de sua época”, concluiu Antonio Carlos Júnior.

Presidente do Senado recebe Malan e Roriz

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Jader Barbalho. O encontro com o ministro teve caráter protocolar, antecedendo o depoimento de Malan na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em torno das especulações da imprensa sobre crimes de informação privilegiada nos casos dos bancos Marka e FonteCindam, alvos de investigação da extinta CPI do Sistema Financeiro.

A reunião com o governador, a pedido de Roriz, teve como tema a votação pelo Senado do pedido de autorização para que o Distrito Federal possa contrair empréstimo de US\$ 150 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinados a financiar um grande plano de obras para Brasília e suas cidades-satélites. Jader informou ao governador que a matéria deverá ser apreciada na sessão de terça-feira.

Ornélas diz que discurso de renúncia foi de um estadista

O discurso de renúncia de Antonio Carlos Magalhães foi interpretado pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) como um pronunciamento de estadista, voltado para os grandes problemas que afetam áreas consideradas prioritárias do país, bem como um alerta para o bom funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Waldeck Ornélas observou que o discurso de Antonio Carlos não teve novas denúncias de escândalos, como esperavam alguns. Segundo ele, o ex-senador prendeu-se a fatos políticos e econômicos que causam prejuízos à nação.

A opção de Antonio Carlos pela renúncia, segundo Ornélas, foi um gesto consciente, pois o ex-presidente do Senado sabia que teria um julgamento injusto pelo Conselho de Ética. Para o senador, a população



Waldeck Ornélas: ACM apontou “fatos que causam prejuízos à nação”

da Bahia haverá de reconduzir Antonio Carlos a um mandato majoritário nas próximas eleições.

Ornélas leu artigo do jornalista Nascimento Brito, intitulado “ACM e a volta por cima”, publicado no *Jornal do Brasil*. Brito afirma que “os gestores da ética foram injustos” e

indaga: “Uma vingança inconsciente contra o político de sucesso?”

TRABALHO NO CAMPO

Waldeck Ornélas também aplaudiu a aprovação, pelo Senado, de projeto que permite ao empregador rural descontar de sua contribuição o valor equivalente a 50% da parcela recolhida dos empregados para a Previdência Social. Ele informou que, quando era ministro da Previdência e Assistência Social, lutou para que esse tipo de incentivo à formalização do trabalho no campo fosse implementado.

Valadares defende ações duradouras contra a seca

As dificuldades causadas pela seca que atinge a Região Nordeste do Brasil foram tema de pronunciamento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que leu discurso pronunciado em 22 de março de 95, lamentando que ainda permanecesse atual. Para enfrentar mais essa seca que se



Valadares recebeu apoio de Cabral e de Alberto Silva

alastra pela região, os nordestinos, afirmou o senador, querem que os governantes adotem ações objetivas e duradouras que evitem a continuação da fome e da miséria.

— Não podemos admitir a existência de dois “Brasis”; um, industrializado e moderno, e outro dos excluídos, onde impera a fome, principalmente no Nordeste, com os 19 milhões de pobres e 9 milhões de indigentes — repetiu Valadares, len-

do seu antigo discurso.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) hipotecou solidariedade ao povo nordestino. O senador Alberto Silva (PMDB-PI) lembrou que ele e Valadares, que governaram seus estados no mesmo período, estiveram no estado do Arizona, nos Estados Unidos, onde conheceram soluções competentes para o problema da seca. Alberto Silva sugeriu que o governo incentive a cultura de mamona, que seria mais viável que o feijão e o milho. O óleo de mamona, ressaltou, pode ser utilizado como combustível, em substituição ao diesel, o que garantiria uma elevada renda para os agricultores. Valadares comentou que esse projeto pode ser decisivo para desenvolver o Nordeste.

Rocha registra aprovação de projeto sobre Oiapoque

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) registrou a aprovação, na quarta-feira, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de projeto de sua autoria que convoca a realização de plebiscito para que o município de Oiapoque, no Amapá, possa se transformar em território.



Rocha protestou contra ação de empresas petrolíferas

Rocha solicitou providências da Secretaria de Saúde do seu estado e de órgãos federais para combater a

dengue e a malária.

O senador protestou também contra a ação das empresas British Petroleum e Esso, que atuam na exploração de petróleo na costa do Amapá, mas mantêm bases operacionais no Pará.

Ele criticou a decisão do governador do Amapá de substituir, por 30 dias, os guardas penitenciários por policiais militares e, após esse período, entregar a guarda dos presos a uma empresa privada.

Cabral condena ONG que anuncia compra de floresta

Segundo o senador, a Amazon International Rainforest Reserve pede doações de US\$ 20 para adquirir um acre de terra

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) denunciou a organização Amazon International Rainforest Reserve (AIRR), que, em seu site na Internet, informa aceitar doações de US\$ 20 para comprar um acre de floresta na Amazônia. Segundo o site, esses acres seriam preservados e protegidos pela organização. “Se isso não for estelionato, é mau-caráter de pessoas que estão se metendo na soberania nacional”, disse Bernar-



Bernardo Cabral: é preciso investigar a organização

do Cabral. O senador acredita que o governo federal tem que tomar uma atitude a respeito e pediu providências aos ministérios da Justiça, do Meio Ambiente e das Relações Exteriores e à embaixada brasileira em Washington.

— É preciso investigar o que há por trás dessa organização, para proteger incautos que se disponham a comprar esses acres. Com a Internet ficou mais fácil dar golpes — afirmou. O senador declarou ter

sido alertado por um e-mail enviado pelo cidadão Fábio Fetzmann, do Ceará, informando que o site anuncia em sua página eletrônica que pretende criar uma reserva internacional na Amazônia.

A página explica que a AIRR é uma organização sem fins lucrativos que se dedica exclusivamente a comprar terras na Amazônia com o intuito de protegê-las. Para associar-se a pessoa paga US\$ 20 por acre, num “investimento isento do pagamento de imposto de renda”. A cada US\$ 20 a organização se compromete a comprar e proteger as terras da floresta.

Tião Viana cobra combate ao narcotráfico

O senador Tião Viana (PT-AC) acusou o Executivo de subestimar a gravidade do problema do narcotráfico no país. Ele fez a afirmação ao comunicar ontem ao Plenário que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou, esta semana, requerimento de sua autoria para a realização de audiência pública para debater as ações do governo no combate ao tráfico e ao consumo de drogas no Brasil.

— Gostaria de deixar este alerta: o governo não está considerando a questão das drogas com a relevância que esta merece. Infelizmente, com todo o respeito aos profissionais que individualmente se empenham nas tarefas de prevenção e

de recuperação, entendo que o governo brasileiro continua tratando o problema como uma questão menor — disse.

Tião Viana chamou a atenção para a presença de diversas máfias internacionais no Brasil. Ele lembrou que por intermédio das investigações da CPI do Narcotráfico e da ação do ex-titular da Secretaria Nacional Antidrogas verificou-se que braços das máfias italiana e japonesa estão agindo no país.

Segundo o senador, relatório do Escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção ao Crime — edição 2000 — aponta o



Tião Viana anuncia audiência sobre consumo de drogas

Brasil como o maior mercado de cocaína da América do Sul e o segundo maior das Américas. Conforme o documento, existem pelo menos 900 mil usuários do entorpecente no Brasil.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) chamou atenção para as relações entre o narcotráfico e o tráfico de armas como uma das principais fontes de violência no Brasil. Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou para a necessidade de o governo criar condições para que o antigo plantador de maconha passe a se dedicar a outra cultura.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Agenda Econômica — O prof. Ildo Saver fala sobre a crise energética
7h30 — Entrevista — O escritor Marcelo Barros fala sobre o livro *A Festa do Pastor*
8h — Jornal do Senado — As principais notícias do dia
8h30 — Saúde/Unip — Profissão: mateiro
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Reunião conjunta da CFC e da CAE — Audiência pública com o ministro Pedro Malan
18h30 — Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h30 — Cidadania — Sen. Geraldo Althoff e o médico e professor Ricardo Bento
20h30 — Entrevista — Escritor Marcelo Barros
21h — Jornal do Senado — As principais notícias do dia

21h30 — Espaço Cultural — Roberto Corrêa
22h30 — Teatro Arthur Azevedo — Duo de violões, com Turibio Santos e João Pedro Borges
24h — Quem Tem Medo da Música Clássica? — Allegro — Parte 2

RÁDIO SENADO

7h — Música, informação e serviços
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
14h15 — Senado Notícias
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Música do Brasil

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Benefício a PMs de Rondônia vai a nova votação

O Senado examinou ontem, na primeira sessão de discussão do segundo turno de votação, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que regulariza a situação dos integrantes da carreira de policial militar do ex-território federal, hoje estado de Rondônia. O primeiro signatário da PEC é o senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Pela proposta, os PMs que se encontram no exercício regular de suas funções, quando o território se transformou em estado, constituirão quadro especial da administração federal, assegurados os direitos e vantagens e ele inerentes.

Antonio Mariz deve se tornar nome de rodovia

O Senado aprovou ontem projeto de lei dando o nome de Governador Antonio Mariz ao trecho da rodovia BR-230, compreendido entre as cidades de João Pessoa e Cajazeiras, no estado da Paraíba. De iniciativa da Presidência da República, o projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e será enviado à sanção presidencial.

Para o relator, Ney Suassuna (PMDB-PB), a iniciativa de dar o nome do governador Mariz à mais importante rodovia da Paraíba representa uma justa homenagem a um valoroso homem público, dando ao povo paraibano a oportunidade de reverenciar sua memória.

Senado aprova seis concessões para serviços de rádio

O Senado aprovou atos renovando permissões para serviços de radiodifusão sonora: à Rádio Porta-Voz de Cianorte (PR) e à Brasil Emissoras Aliadas, em Santa Bárbara d'Oeste (SP), ambas em OM; e à Rádio Continental de Curitiba (PR), em FM.

Foram ainda aprovados serviços de radiodifusão, autorizando a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Palestina a desenvolver serviço comunitário em Palestina (SP); a Radiodifusão Dinâmica para explorar serviços em FM em Dourados (MS); e o governo do Acre a executar serviços em FM na cidade de Sena Madureira. Os atos vão à promulgação.

Malan volta a negar participação na ajuda a bancos

Em audiência conjunta da CAE e CFC, o ministro da Fazenda também revelou que, em janeiro de 1999, no auge da crise que levou à mudança da política cambial do país, apresentou carta em que pedia o seu afastamento do comando da economia

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, negou ontem categoricamente ter tido participação, ou qualquer conhecimento dela, na operação de socorro feita pelo Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam, em janeiro de 1999, por ocasião da mudança da política cambial do país. Ele revelou que, na ocasião, no auge da crise, chegou a apresentar carta ao presidente da República, pedindo o seu afastamento do comando da economia. Malan disse ainda que a demissão de Francisco Lopes da presidência do BC não teve nada a ver com a operação de socorro aos bancos, ou com eventual chantagem do banqueiro Salvatore Cacciola, mas sim com iniciativa do governo para tentar recuperar a credibilidade junto ao mercado.

O ministro afirmou que teria pedido demissão do cargo e sugerido ao presidente demitir o então presidente do Banco Central por causa do desgaste provocado pelo malogro da "banda diagonal endógena". Criada por Francisco Lopes na busca de uma política cambial entre a fixa e a flutuante, a "banda diagonal endógena", após funcionar por dois dias, evidenciou-se um fracasso, provocando sérias repercussões no mercado, interna e externamente. O presidente Fernando Henrique teria convencido Malan a permanecer no posto e a mudar rapidamente a política cambial. Para tentar recompor a credibilidade do governo decidiu-se pela demissão de Francisco Lopes. Chamou-se, então, Armínio Fraga para assumir o BC.

As explicações do ministro Pe-



Pedro Malan, ao lado de Lúcio Alcântara, presidente da CAE, e Ney Suassuna, presidente da CFC, durante a audiência pública

dro Malan foram dadas ontem perante as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado, durante reunião que durou mais de sete horas. O ministro foi questionado pelos senadores e teve de responder também a perguntas sobre a atual política econômica, fora do tema estipulado no convite, feito para que Malan explicasse se tinha ou não conhecimento da operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam e se dela havia participado.

O possível conhecimento do ministro sobre o assunto foi sugerido pela revista *Veja*. O ministro leu carta de três páginas que enviou à revista, negando categoricamente sua participação ou mesmo haver sido informado sobre o episódio, citando, ainda, retratação publicada pela *Folha de S. Paulo*, reconhecendo que o jornal errara ao confiar em fontes que afirmavam ter o ministro conhecimento prévio da operação.

Pedro Malan passou também boa parte do seu depoimento defendendo a existência de risco sistêmico, que teria motivado a operação de socorro ao Marka e FonteCindam. Segundo ele, na ocasião o clima era de pânico, com ameaça de corrida para saques nos bancos e boatos de confisco.

O ministro mencionou casos de ações de governos estrangeiros na tentativa de evitar quebra de sistema financeiro, entre eles o dos Estados Unidos, cujo governo gastou mais de US\$ 300 bilhões para impedir a quebra da Associação de Poupança e Empréstimo.

O ministro também contestou o cálculo que atribui prejuízo de US\$ 1,6 bilhão na operação de socorro ao Marka e FonteCindam.

Malan disse preferir que, na próxima semana o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, em sua vinda ao Senado, esclareça melhor o assunto e explique a forma correta de se estimar o custo real do socorro prestado.

dições para que as indústrias geradoras de energia elétrica (que possuem usinas próprias) possam vender o excedente da energia produzida para a rede convencional, fixando, inclusive, a tarifa a ser paga pelas distribuidoras.

A medida foi anunciada por Malan, ao responder a colocações do senador José Alencar (PMDB-MG), que se mostrou indignado pelo abandono das estradas e do setor energético em nome de uma política de estabilidade monetária.

—O combate à inflação tem de ser um meio, não um fim. O fim tem de ser o desenvolvimento, a geração de riquezas e de empregos. O qua-

dro social e econômico do país hoje é gravíssimo — afirmou o senador.

José Alencar disse ainda que o governo nunca levou a sério a questão do gás, e por isso não dispõe hoje das 49 termelétricas planejadas, acrescentando que o Ministério da Fazenda não deveria jamais ter se descuidado do sistema de transporte e de energia.

Em resposta, Malan disse que o combate à inflação nunca foi o objetivo final do governo, mas sim o desenvolvimento. Afirmou ainda que, à exceção do último trimestre de 1998, em nenhum outro período houve queda dos investimentos no setor elétrico.

Ademir critica política econômica

Com um nível de dívida interna equivalente a 53% do Produto Interno Bruto (PIB), a realização de superávits primários de R\$ 32 bilhões e sistemáticos déficits na balança comercial, a atual política econômica está conduzindo o país ao caos, disse o senador Ademir Andrade (PSB-PA) ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante a audiência. O ministro, no entanto, evitou discutir em profundidade a política econômica, alegando estar na reunião para esclarecer notícias que apontavam seu envolvimento na operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam.

Vários senadores insistiram também em ouvir do ministro explicações sobre as ações do governo para impedir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar casos de corrupção no Executivo.

Malan voltou a dizer que é con-

tra a CPI, alegando que a comissão serviria de "palanque" para as oposições e paralisaria o Congresso. O argumento foi contestado pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Alencar (PMDB-MG) e Ademir Andrade.

Segundo Malan, não há motivos para criar uma CPI que iria apurar 20 casos que já estão sendo investigados. Ele ouviu de Pedro Simon que o sucesso das CPIs deve-se exatamente à "inapetência" demonstrada por outros órgãos na apuração de vários casos.

O senador Lauro Campos (sem partido-DF) criticou a ação do governo para salvar bancos falidos. Para ele, o atual governo desconhece que o risco é inerente ao capitalismo e lembrou que o próprio pai do neoliberalismo, Milton Friedman, aconselhava "deixar os bancos quebrarem".



Lauro Campos condenou a ajuda a bancos falidos. Para Ademir Andrade, política econômica está levando país ao caos



Suplicy diz conhecer testemunha

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ofereceu levar até o gabinete do ministro da Fazenda, Pedro Malan, testemunha que teria presenciado casos de venda de informações praticada por funcionários do Banco Central a dirigentes de bancos de investimento. A proposta foi feita durante a audiência promovida ontem pela CAE e CFC.

Pedro Malan, de imediato, negou-se a receber a testemunha, e sugeriu que ela convocasse a imprensa para dizer o que sabe numa entrevista coletiva. Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ney Suassuna (PMDB-PB) e o líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PSDB-RR), sugeriram a Suplicy que revelasse o nome da pessoa e dissesse o que sabe.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acusou Malan de fazer "pouco caso" da CAE. A julgar pelo cruzamento das informações concedidas

pelo ministro e aquelas já prestadas pelo presidente do BC, fica evidente, segundo o senador, que Armínio Fraga, ao ser sabatinado pelo Senado e antes mesmo que fosse nomeado para a presidência do banco, já vinha exercendo o cargo informalmente. Malan rechaçou a afirmação, dizendo que Fraga, antes de assumir, era seu assessor e não tinha acesso a informações sigilosas.



Suplicy propôs levar a Malan testemunha da venda de informações por funcionários do BC

Ministro afirma não ter culpa por crise energética

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem durante a audiência que o Ministério da Fazenda não tem culpa pela crise energética vivida pelo país, uma vez que nunca procurou interferir nos investimentos das empresas estatais do setor em busca dos superávits primários exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo afirmou, o governo jamais contingenciou investimentos para o setor elétrico.

Malan negou-se também a fazer diagnóstico da crise energética, explicando haver um grupo encarregado do assunto. Mas anunciou que o governo vai criar con-

Emilia recebe sindicalistas de Portugal

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) recebeu ontem os sindicalistas portugueses Manoel Carvalho da Silva e Florival Lança, respectivamente secretário-geral e secretário de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores de Portugal (CGTP). Acompanharam a delegação Jairo Cabral, diretor para Assuntos Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Ademar Almeida, coordenador do Escritório da CUT em Brasília. A visita teve caráter de cortesia e aproximação política e, além de assuntos relativos à área trabalhista, foram discutidas as relações entre os países de língua portuguesa.



Simon participa do fórum de saúde ocular

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) participou na manhã de ontem do segundo dia do I Fórum Nacional de Saúde Ocular, que contou com a participação de especialistas, políticos e outras autoridades do assunto.

Senado vai homenagear Grupo Gerdau

O Senado aprovou ontem o envio de congratulações ao Grupo Gerdau, que completa 100 anos de fundação. Um dos maiores complexos industriais do país, voltado exclusivamente para a produção e comercialização de aço, o grupo prevê R\$ 6,2 bilhões de faturamento para este ano.

— À frente desse império, uma personalidade cujo brilho pode bem ser medido pela espetacular evolução, Jorge Gerdau Johannpeter. Ao lado dos irmãos, ele vem comandando, há 18 anos, esse gigantesco empreendimento — disse Pedro Simon (PMDB-RS), autor do requerimento para a homenagem.

O Senado também vai dedicar a hora do expediente da sessão de 7 de novembro a homenagear a Fundação Dom Cabral, que comemora 25 anos.

Comissão do Congresso examina crise de energia

Instalado ontem à noite, colegiado deve estudar os diversos aspectos que envolvem o problema e propor alternativas de solução

O Congresso estudará as causas da crise de abastecimento de energia e proporrá alternativas para a solução do problema. Comissão que tratará do assunto foi instalada ontem à noite. A comissão será presidida pelo deputado Antonio Cambraia (PSDB-CE) e terá como relator o senador Paulo Souto (PFL-BA).

O presidente do Senado, Jader Barbalho, informou que o senador José Alencar (PMDB-MG), que preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado, sugeriu que os dois colegiados compartilhem as suas ações, uma vez que a administração dos recursos energéticos está entre os temas sob a responsabi-

Os senadores que participam da comissão

PMDB	PFL
Titulares	Titulares
Alberto Silva (PI)	Paulo Souto (BA)
Mauro Miranda (GO)	José Agripino (RN)
José Fogaça (RS)	Francelino Pereira (MG)
Nabor Júnior (AC)	Suplentes
Suplentes	Freitas Neto (PI)
Valmir Amaral (DF)	Carlos Patrocínio (TO)
Gerson Camata (ES)	Moreira Mendes (RO)
Wellington Roberto (PB)	PSB
Pedro Simon (RS)	Titular
Bloco Oposição	Ademir Andrade (PA)
Titulares	Suplente
Paulo Hartung (PPS-ES)	Roberto Saturnino (RJ)
Heloísa Helena (PT-AL)	Bloco PSDB-PPB
Suplentes	Não indicou ainda os seus representantes
Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Sebastião Rocha (PDT-AP)	



Jader preside a sessão do Congresso que instalou a comissão cujo relator será o senador Paulo Souto

lidade da CI. A idéia é que isso ocorra já na próxima terça-feira, com a realização de reunião conjunta para ouvir autoridades do setor.

Santos pede auxílio para produtores de café

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) pediu ontem que o governo tome providências para auxiliar os produtores capixabas de café. O preço do produto atingiu os níveis mais baixos dos últimos 30 anos, o que está deixando os pequenos produtores particularmente preocupados com a amortização de contratos de crédito rural feitos junto à rede bancária oficial. Na opinião do senador, a situação poderá levar à insolvência os pequenos produtores que recorreram ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

— A conjuntura caracterizada pelos baixos preços do café traz, como não podia deixar de ser, problemas de desequilíbrio econômico-financeiro em contratos firmados dentro de um contexto e pers-

pectivas que não previam níveis de preços tão baixos para o café — disse. O senador alertou que esse desequilíbrio fere um dos pilares de sustentabilidade do Pronaf. Ricardo Santos defendeu a necessidade de as instituições oficiais de crédito, especialmente o Banco do Brasil, viabilizarem mecanismos que recomponham a capacidade de pagamento dos produtores, seja com a prorrogação de débitos ou o refinanciamento das dívidas.

Ricardo Santos pediu ainda a valorização do Pronaf, por intermédio da elevação das dotações orçamentárias ao programa no Orçamento da União, de R\$ 12 milhões para R\$ 25 milhões, no caso dos



Ricardo Santos teme insolvência na cafeicultura

miniprodutores, e de R\$ 42 milhões para R\$ 80 milhões nas outras modalidades. Foi com o objetivo de valorizar o programa que o senador disse ter apresentado emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2002 para aumentar o número de municípios atendidos.

A atividade predominante no Espírito Santo é a agricultura familiar, sendo que o café foi, conforme Ricardo Santos, o grande vetor da ocupação do solo capixaba e da consolidação de uma estrutura fundiária baseada na pequena produção. A situação é agravada, explicou, pela seca que começa a assolar o Espírito Santo.

Marluce: IPI ameaça produção de mármore

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) cobrou do governo federal a imediata revogação do decreto que elevou para 10% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para mármore e granitos. Ela destacou que a decisão pegou de surpresa o segmento produtivo e poderá levar à falência inúmeros pequenos empresários do setor.



Marluce diz que setor é vital para a economia

Marluce lembrou que desde 1984, a cadeia produtiva da indústria de rochas ornamentais vinha trabalhando com alíquota zero de IPI. Durante todos esses anos, observou, o setor cresceu e prosperou, sendo um dos grandes responsáveis pelo incremento das exportações, além de gerar emprego e renda. A senadora ressaltou que o setor é vital para a economia, contando com 10 mil empresas e gerando 105 mil empregos diretos e indiretos.

Cândido alerta para crescimento da terceirização

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) criticou o crescimento da terceirização de mão-de-obra no país. Para ele, as empresas, burlando a lei e sob a alegação "falaciosa" de reduzir custos, estão, na verdade, causando sérios prejuízos sociais e humanos, criando uma nova categoria de subempregados e obtendo lucros excessivos. Cândido informou que já tramita na Casa projeto que pretende acabar com esse tipo de prestação de serviço e que ele foi designado como relator da matéria.

Segundo explicou, estudos sobre o peso dos encargos sociais revelam que, com a terceirização, um trabalhador custa entre 104 e 120% a mais do que o valor nominal do seu salário. Além disso, a aprovação de legislação relativa a contrato temporário ajudou esse tipo de empresa a reduzir em 7% os gastos com encargos sociais.



Geraldo Cândido aponta prejuízos sociais e humanos

Althoff: caos serve à má-fé de alguns dirigentes

Relator da CPI reclama da dificuldade de obter documentos da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, cujo presidente, Eduardo Viana, rejeitou pedido para abrir mão de sigilos bancário e fiscal pessoais e da entidade

Em depoimento à CPI do Futebol, o presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FFERJ), Eduardo Viana, voltou a negar pedido para que abra mão dos seus sigilos bancário e fiscal e da entidade. Pela dificuldade de obter documentos da federação, o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), apresentou requerimento para que o dirigente seja ouvido oportunamente, quando a CPI conseguir analisar a documentação.

— Vamos ter acesso aos documentos. Vamos contar com a colaboração do Poder Judiciário deste país — disse Althoff.

O relator reclamou da dificuldade de obter informações da Federação de Futebol do Rio, que entrou com ações junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a quebra de seus sigilos bancário e fiscal pela CPI. Além disso, o relator revelou que a federação só entregou os livros-razão (que registram a movimentação contábil) no dia anterior ao depoimento de Viana e, ainda assim, faltando páginas e informações importantes.

— É claro que é direito do cidadão impedir o acesso a suas informações. Mas há a questão de direito e a questão ética. Não é postura ética recomendável esconder atos praticados em nome de uma imensa coletividade — afirmou o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), para quem a desorganização do futebol brasileiro “tem origem e objetivos”.

Federação faz depósitos em contas de pessoas físicas

O depoimento do presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FFERJ), Eduardo Viana, demonstrou que a entidade repassa dinheiro para contas de pessoas físicas e não apenas para clubes. O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff, revelou que a FFERJ fez um depósito para José Aremita de Lima, que seria “laranja” do presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda.

Segundo Viana, os depósitos são feitos a pedido dos clubes de futebol e não é responsabilidade da federação fiscalizar como eles usam o dinheiro. O dirigente também dis-



Eduardo Viana deverá ser ouvido novamente quando a CPI tiver conseguido examinar os documentos da federação

Nesse sentido, Althoff afirmou que é interesse dos dirigentes que a administração do futebol seja desorganizada. Para ele, o “caos administrativo” não é motivado apenas pela incompetência dos dirigentes, mas pela má-fé de alguns deles.

— Queremos que a administração do futebol seja transparente, evitando desvio de dinheiro dos cofres públicos. Observamos regimes presidencialistas e até feudais nos clubes e nas federações de futebol — afirmou Althoff.

Viana, que está há 16 anos à frente da FFERJ, negou estar apresentando obstáculos à CPI. Ele afirmou que apelou ao STF para evitar a quebra dos sigilos bancário e fiscal por decisão da assembleia da entidade. Também explicou não ter remetido antes os livros-razão da federação porque recebeu a solicitação da CPI apenas no mês de maio.

— Não dispúnhamos de suporte técnico nem tempo hábil para selecionar os livros. Por isso a docu-

se desconhecer que, na época do depósito, as contas do Vasco estavam bloqueadas pela Justiça.

O presidente da FFERJ também alegou desconhecer gastos de R\$ 1,9 milhão, feitos em 2000, classificados como “diversos” nos registros contábeis, apesar de se tratar da maior despesa da entidade no ano passado. Segundo Althoff, estava faltando a folha do livro-razão que esclareceria os gastos.

— Não posso admitir que dirigente de uma entidade por 16 anos não assuma a responsabilidade de seus atos administrativos e sobre sua contabilidade — lamentou Al-

mentação veio falha — justificou Viana, que prometeu entregar as informações completas.

O dirigente disse ainda que a situação da Federação Paulista de Futebol é melhor que a da FFERJ porque os contratos com emissoras de televisão em São Paulo são mais lucrativos que no Rio. Enquanto a Federação do Rio fechou contrato de R\$ 6 milhões com a TV Globo para a transmissão do campeonato regional, a Federação Paulista conseguiu um contrato de R\$ 42 milhões, já que os patrocinadores também pagam mais caro por uma inserção publicitária na TV. Ele denunciou ainda que a Rede Globo pratica *dumping* na compra dos direitos de transmissão de jogos de futebol.

— A CPI só existe em função da anarquia e da corrupção visível na administração do futebol, que pode ser uma importante atividade econômica e social do nosso país — afirmou Álvaro Dias ao final do depoimento.

Althoff, pedindo que a Polícia Federal do Rio tome o depoimento do contador da FFERJ, José Ângelo dos Santos.

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) também apresentou indícios de evasão de renda em jogos realizados no Rio. Ele citou que, em depoimento à CPI da CBF, na Câmara, o deputado estadual José Francisco Veloso, que participou de uma CPI estadual sobre o desvio das rendas da venda de ingressos, disse que foi constatada a venda de ingressos falsos por terceiros e funcionários da própria FFERJ.

Teixeira pagou internação hospitalar de Eduardo Viana

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, pagou a internação do presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FFERJ), Eduardo Viana, que sofreu enfarte em 1997. Apesar de ter uma renda líquida de R\$ 12 mil por mês, Viana disse que aceitou a ajuda de Teixeira, de cerca de R\$ 16 mil, e que isso não mudou a relação entre os dois.

As informações, reveladas durante o depoimento de Viana à CPI do Futebol, evidenciam, na opinião do relator, senador Geraldo Althoff, o comprometimento do presidente da FFERJ com o presidente da CBF. Os presidentes das federações são responsáveis por eleger o presidente da CBF.

Viana disse que não se compro-

meteu com Teixeira por ter recebido ajuda do dirigente da CBF, e declarou ter tentado pagar as despesas a ele, que se recusou a receber. O presidente da FFERJ informou que começou a enfartar durante assembleia da CBF e que foi levado para o hospital mais caro do Rio de Janeiro, que não aceitou o seu plano de saúde. Nesse caso, disse que também pagaria as despesas de um dirigente de sua entidade que estivesse em dificuldades.

Para o senador Antero de Barros, o monopólio da CBF e das federações é algo que precisa ser combatido no futebol brasileiro. Atualmente, disse, não há renovação dos dirigentes e “o futebol é uma verdadeira caixa-preta que começa a ser desvendada pela CPI”.

Eurico Miranda deve ser chamado a depor em agosto

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff, apresentou requerimento para que o deputado federal Eurico Miranda, presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, seja convocado a depor na comissão na primeira semana de agosto. Althoff também pediu que o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, volte à CPI na mesma época.

Segundo o presidente da CPI, senador Álvaro Dias, no próximo semestre deverão ser ouvidos ainda o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, e outra vez o presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Viana.

Althoff solicitou ainda que a Secretaria da Receita Federal instaurasse uma ação fiscal, referente aos anos de 1996 a 2000, junto à FFERJ. Ele também pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) envie à CPI cópia de processo em que Viana e Eurico Miranda aparecem como réus em ação contra o patrimônio público.

A pedido de Althoff, as notas



Althoff pede ação fiscal na FFERJ

taquigráficas da reunião de ontem, em que foi tomado o depoimento de Eduardo Viana, serão encaminhadas ao ministro do STF Sepúlveda Pertence, a quem foi distribuída a ação desautorizando o acesso da CPI ao sigilo bancário. Por fim, o relator pediu a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Reinaldo Rocha Carneiro Bastos, vice-presidente da Federação Paulista de Futebol.

Álvaro Dias informou que no próximo mês a comissão promoverá reuniões em diversas cidades para ouvir, debater e colher sugestões visando à elaboração de uma nova legislação para o desporto. O primeiro seminário será realizado na Assembleia Legislativa de Pernambuco no dia 5 de junho, com a presença de especialistas no assunto.